

24 de junho de 2016

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

1º Trimestre de 2016

Capacidade de financiamento da economia atingiu 1,0% do PIB

A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 1º trimestre de 2016, menos 0,1 pontos percentuais (p.p.) do que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta aumentou 1,6%, verificando-se um crescimento do Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação (1,0%) ligeiramente superior ao aumento da despesa de consumo final da economia (0,9%). O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentaram 0,9% e 1,2% no 1º trimestre de 2016, respetivamente. O aumento do RNB acima do crescimento do PIB refletiu a melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de 5,4% nos rendimentos recebidos e -0,7% nos rendimentos pagos).

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 3,5%, menos 0,8 p.p. que no trimestre precedente, traduzindo o maior aumento do consumo privado comparativamente ao observado no rendimento disponível (variações de 0,9% e 0,1%, respetivamente). Importa referir que o crescimento significativo do consumo privado foi em larga medida resultado do crescimento do consumo de bens duradouros e que a moderação do crescimento do rendimento disponível refletiu sobretudo a redução das remessas de emigrantes.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu, passando de 4,4% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2015 para 3,8%. Esta melhoria do saldo das AP resultou do efeito conjugado do aumento de 0,5% da receita e de uma redução de 0,6% da despesa. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP fixou-se em -3,2% do PIB no 1º trimestre de 2016 (-5,5% no trimestre homólogo).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 1º trimestre de 2016.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de [Contas Nacionais](#) do Portal do INE.

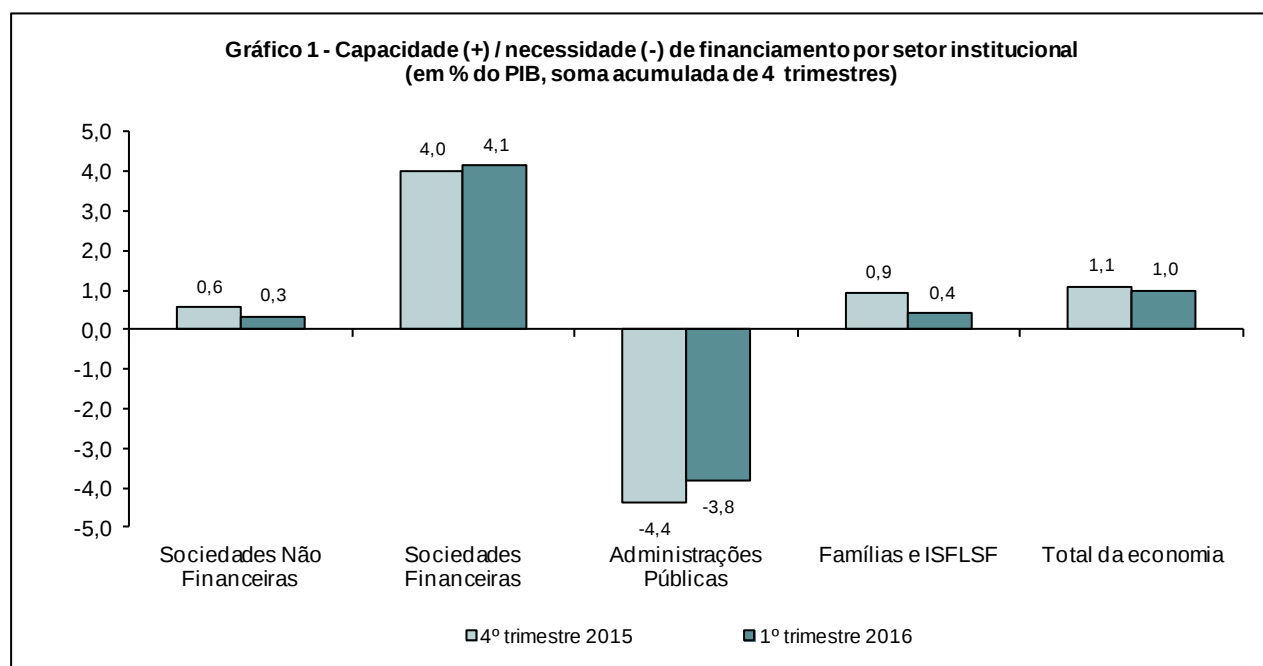
Capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,0% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,0% do PIB no 1º trimestre de 2016, menos 0,1 p.p. que a observada no trimestre anterior. A poupança bruta registou um crescimento de 1,6%, tendo o Rendimento Disponível Bruto e a despesa de consumo final aumentado em 1,0% e 0,9%, respetivamente. O crescimento do Rendimento Disponível Bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do PIB (0,9%) e, em menor grau, a melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior.

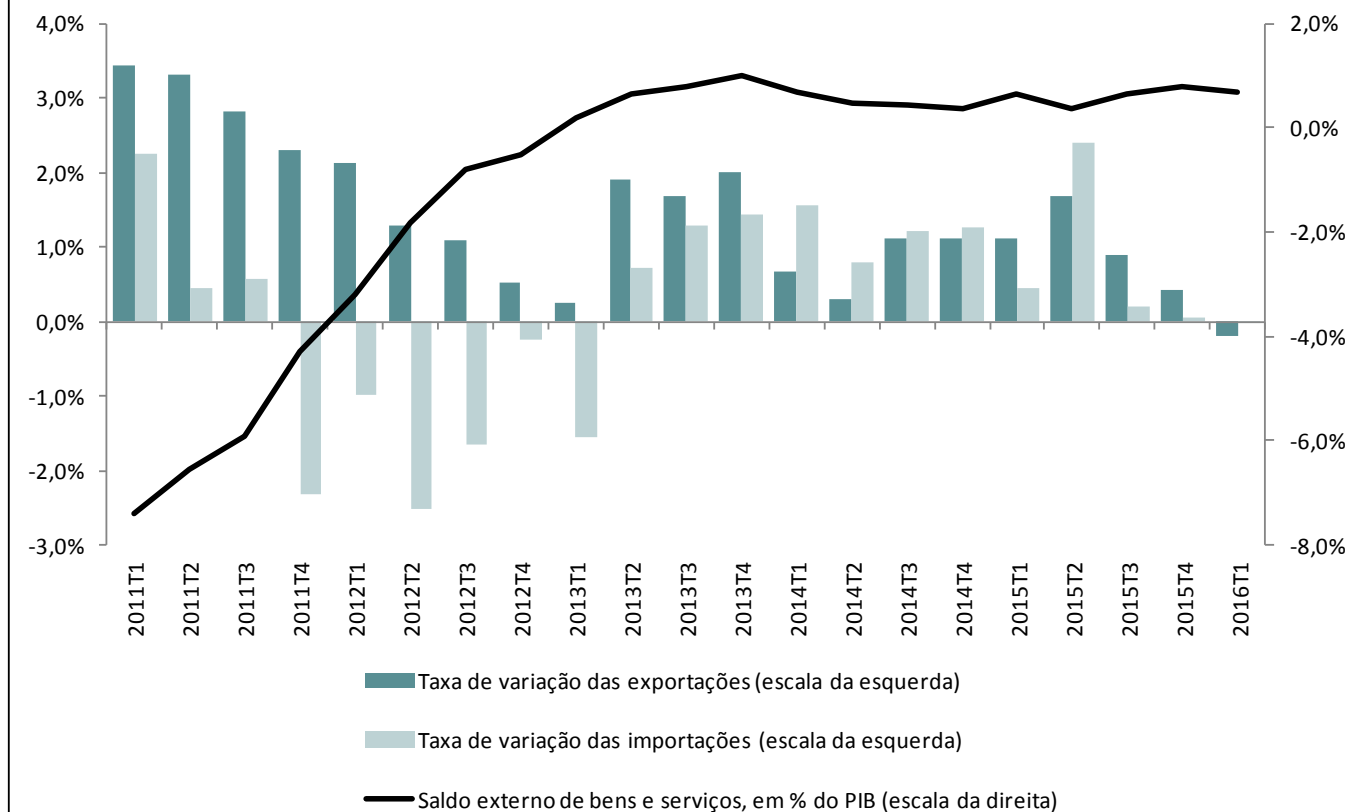
O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 0,6 p.p., fixando-se em 3,8% do PIB. Esta melhoria do saldo das AP resultou do efeito conjugado do aumento de 0,5% da receita e de uma redução de

0,6% da despesa. O saldo das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,3 p.p. enquanto o das Sociedades Financeiras aumentou 0,1 p.p., fixando-se em 0,3% e 4,1% do PIB, respetivamente. Dado que a análise se baseia em saldos acumulados de 4 trimestres, a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras reflete o impacto positivo da resolução do Banif, no 4º trimestre de 2015, que representou 1,3% do PIB. Simetricamente, o saldo das AP reflete o efeito negativo dessa operação. A capacidade de financiamento das famílias reduziu-se em 0,5 p.p., refletindo o aumento de 0,9% da despesa de consumo final.

O saldo externo de bens e serviços diminuiu ligeiramente para 0,7% do PIB (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações de bens e serviços diminuído 0,2%, enquanto as importações de bens e serviços registaram uma variação nula (ver gráfico 2).



**Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços
(soma acumulada de 4 trimestres)**



Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 0,4% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ diminuiu para 0,4% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2016 (0,9% no trimestre anterior), resultado para o qual contribuiu a redução da poupança em 18,7%. A taxa de poupança diminuiu para 3,5% (4,3% no trimestre anterior).

O gráfico 3 representa a evolução da taxa de poupança e das suas principais componentes. A redução da taxa de poupança refletiu o aumento da despesa de consumo final superior ao aumento do rendimento

disponível das Famílias. O consumo final aumentou em 0,9% no ano terminado no 1º trimestre de 2016, refletindo sobretudo um incremento do consumo de bens duradouros e, em particular, da componente automóvel, o que em parte se deveu a uma antecipação de aquisições devido às alterações introduzidas no respetivo imposto com a aprovação do Orçamento de Estado para 2016.

O rendimento disponível das Famílias registou uma variação de 0,1%. Esta variação foi o resultado combinado do aumento das remunerações recebidas (em 0,6%) e da diminuição das transferências correntes recebidas (variação de -3,7%). O aumento das remunerações teve como principal origem as remunerações pagas pelas Sociedades Não Financeiras, que cresceram 0,7%. A diminuição das transferências

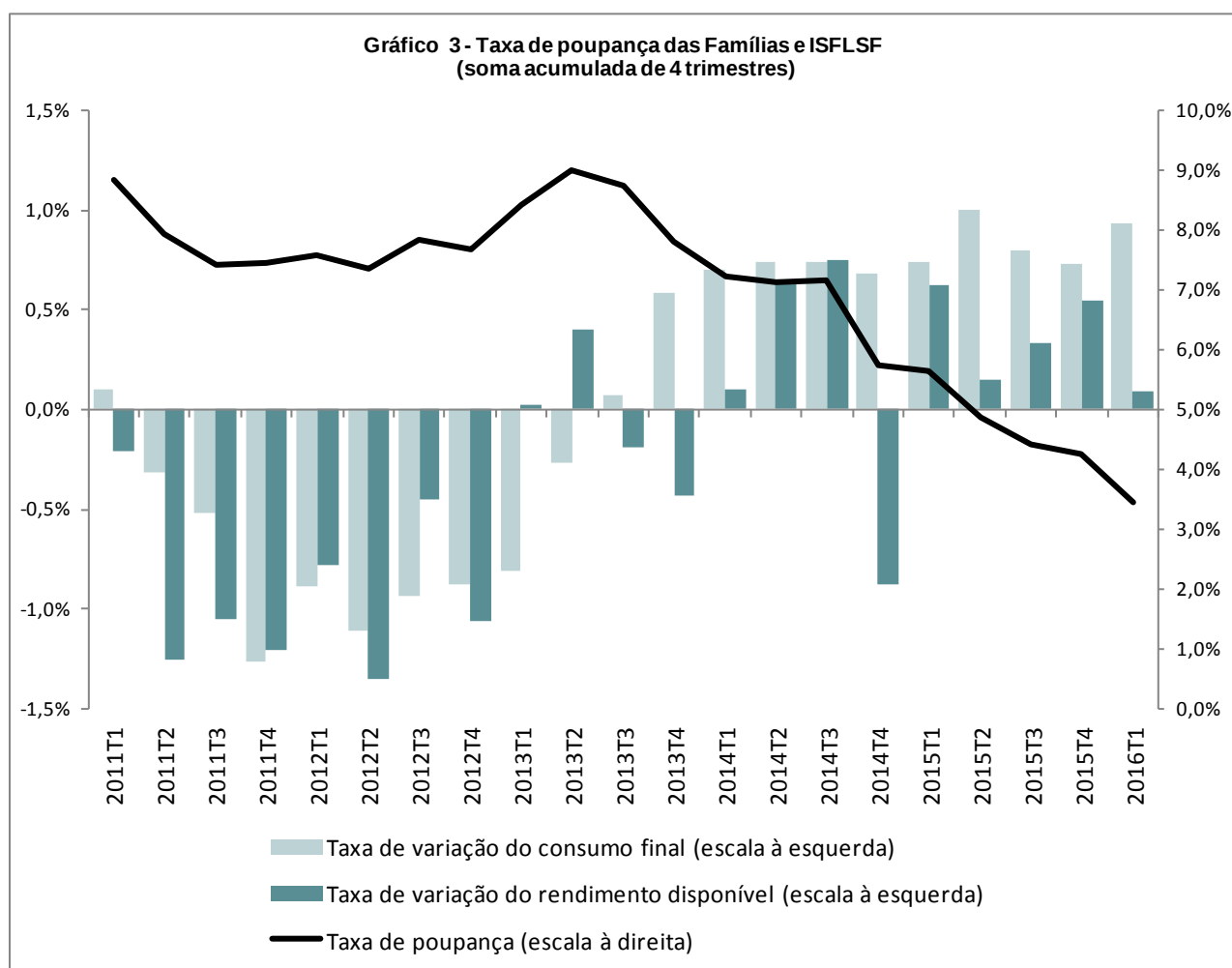
¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

recebidas pelas Famílias foi determinada por uma redução significativa das remessas de emigrantes, o que em parte terá sido determinado por restrições às transferências privadas, impostas em países de destino da emigração portuguesa, como a Suíça e Angola.

Como se pode observar no quadro 1, que apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações apresentaram o contributo mais relevante (0,4 p.p.) para o crescimento do rendimento disponível das Famílias, parcialmente compensado pelas transferências correntes (-0,2 p.p.).

A diminuição dos juros pagos pelas Famílias foi mais que compensada pela redução dos rendimentos de propriedades (juros e dividendos) recebidos, donde resultou um impacto de -0,1 p.p. sobre a taxa de variação do rendimento disponível.

O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias, com as remunerações a representarem 63,5% do rendimento disponível e o excedente bruto /rendimento misto 27,0%.



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,1	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,4
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,2	0,1	0,1
2014T2	0,7	0,2	0,1	-0,5	0,1	0,0	0,6
2014T3	0,5	0,2	-0,1	0,4	0,1	0,3	0,8
2014T4	-0,7	0,1	-0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,9
2015T1	0,4	0,1	0,0	-0,1	0,2	0,0	0,6
2015T2	0,3	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
2015T3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3
2015T4	0,3	0,1	-0,1	0,0	0,1	-0,1	0,5
2016T1	0,4	0,2	-0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,1

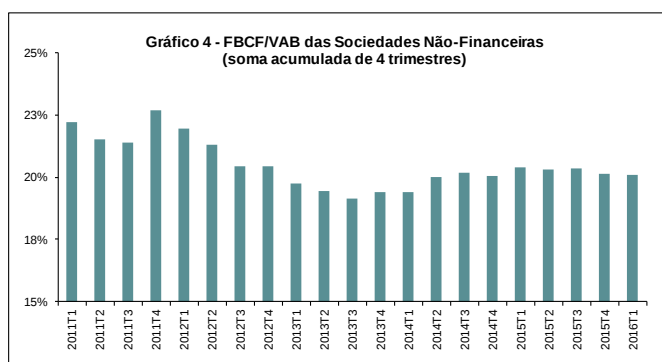
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,7
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,2	26,6	8,6	-11,4	8,7	4,3
2014T2	63,4	26,7	8,7	-11,4	8,2	4,3
2014T3	63,5	26,7	8,6	-11,6	8,6	4,4
2014T4	63,4	27,0	8,6	-11,3	8,1	4,2
2015T1	63,3	27,0	8,6	-11,2	7,9	4,4
2015T2	63,5	27,0	8,4	-11,2	7,9	4,4
2015T3	63,2	26,9	8,5	-11,1	8,1	4,4
2015T4	63,1	26,8	8,4	-10,9	8,1	4,5
2016T1	63,5	27,0	8,3	-10,9	7,9	4,2

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento representou 0,3% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,3% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2016, o que correspondeu a menos 0,3 p.p. que no trimestre anterior. Para este resultado contribuiu sobretudo o aumento de 3,7% da Formação Bruta de Capital e das remunerações pagas, que mais do que compensou o aumento nominal do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor (em 0,9%).

A taxa de investimento, medida através do rácio entre a FBCF e o VAB, manteve-se em 20,1%.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento atingiu 4,1% do PIB

No ano acabado no 1º trimestre de 2016, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 4,1% do PIB, o que compara com 4,0% no trimestre anterior. O nível elevado da capacidade de financiamento do setor refletiu a operação de resolução do Banif, realizada no 4º trimestre de 2015, e que representa 1,3% do PIB.

A ligeira melhoria da capacidade de financiamento foi devida sobretudo à diminuição em 2,2% dos

rendimentos de propriedade pagos. Os rendimentos de propriedade recebidos diminuíram apenas 0,2%, o que se traduziu numa melhoria de 8,5% no saldo destes rendimentos.

O VAB do setor financeiro diminuiu 0,9%, que compara com um aumento de 2,1%, no ano terminado no 4º trimestre de 2015.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,6 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 0,6 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2016, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 3,8% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado do aumento de 0,5% da receita e de uma redução de 0,6% da despesa (ver quadros 3 e 4).

Do lado da receita, verificou-se um acréscimo nas receitas correntes, destacando-se o aumento das receitas com impostos sobre a produção e importação (2,1%), e, em menor grau, das contribuições sociais (0,7%) e dos impostos sobre o rendimento e património (0,2%). Em sentido contrário, observou-se uma redução das restantes componentes da receita corrente e da receita de capital.

A diminuição da despesa em 0,6% foi em grande medida determinada pela diminuição da despesa de capital e pela redução das despesas com subsídios e juros e outras despesas correntes. Pelo contrário, as restantes componentes da despesa corrente aumentaram, embora apenas ligeiramente, evidenciando-se os aumentos da despesa com

prestações sociais (0,1%), das despesas com pessoal (0,3%) e do consumo intermédio (0,3%).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1 406,1 milhões de euros no 1º trimestre de 2016, correspondente a -3,2% do PIB. No mesmo trimestre do ano anterior o saldo fixou-se em -5,5% do PIB (-2 344,6 milhões de euros). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita total (2,3%) e uma diminuição mais acentuada da despesa (2,7%). Do lado da receita, destaca-se o aumento da receita com impostos sobre a produção e importação (9,3%), que atingiu 14,6% do PIB. Do lado da despesa são de salientar o decréscimo da despesa de capital (26,1%), decorrente sobretudo da diminuição do investimento face ao período homólogo, e da despesa com juros (11,1%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2016 com o trimestre homólogo, verificou-se que, apesar de uma ligeira deterioração do valor absoluto do saldo em contabilidade pública (23,2 milhões de euros), o saldo

em contabilidade nacional registou uma melhoria. Esta evolução resulta, em larga medida, dos efeitos associados aos ajustamentos realizados na passagem de um saldo ao outro no 1º trimestre de 2016, designadamente o ajustamento entre juros pagos e devidos e o ajustamento temporal de impostos e contribuições. Relativamente ao ajustamento dos juros, o valor registado na despesa em contabilidade pública no 1º trimestre de 2016 é superior ao registado no trimestre homólogo, dando origem a um ajustamento, substancialmente inferior devido à redução dos juros registados em contabilidade nacional. Recorde-se ainda que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional incluem um ajustamento temporal visando aproximar o seu registo do período em que se verificou a atividade que gerou a obrigação de pagamento. A melhoria deste ajustamento está associada ao aumento da receita com impostos e contribuições nos meses em causa. É de referir que a redução significativa das injeções de capital em empresas públicas é compensada pela diferença na rubrica do ajustamento da delimitação setorial em Contas Nacionais, não tendo impacto no saldo das AP.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2015T1	2015T2	2015T3	2015T4	2016T1
Receitas totais	77 693,5	78 121,8	78 604,1	78 670,8	79 081,5
Receita corrente	76 242,5	76 649,0	77 219,4	77 343,7	77 807,5
Impostos sobre o rendimento e património	18 920,1	18 915,9	19 254,4	19 457,6	19 489,8
Impostos sobre a produção e importação	25 011,8	25 507,0	26 005,9	26 072,4	26 622,9
Contribuições sociais	20 614,5	20 724,1	20 632,3	20 717,6	20 867,4
Vendas	6 512,5	6 612,2	6 743,6	6 691,3	6 686,6
Outra receita corrente	5 183,6	4 889,8	4 583,2	4 404,8	4 140,7
Receita de capital	1 451,1	1 472,8	1 384,7	1 327,1	1 274,1
Despesas totais	90 097,7	89 395,0	84 181,9	86 563,8	86 036,1
Despesa corrente	79 699,1	79 697,4	79 320,8	79 242,5	78 950,7
Prestações sociais	34 158,7	34 285,8	34 389,7	34 517,0	34 561,4
Despesas com pessoal	20 617,2	20 615,1	20 215,3	20 264,1	20 322,7
Juros	8 547,3	8 441,2	8 301,7	8 191,7	7 954,6
Consumo intermédio	10 268,8	10 411,6	10 550,5	10 600,6	10 633,5
Subsídios	1 216,5	1 184,4	1 209,9	1 172,1	1 133,0
Outra despesa corrente	4 890,6	4 759,3	4 653,8	4 497,0	4 345,6
Despesa de capital	10 398,6	9 697,6	4 861,1	7 321,3	7 085,5
Investimento ⁽¹⁾	3 524,8	3 862,3	3 775,5	3 956,1	3 756,1
Outra despesa de capital	6 873,8	5 835,4	1 085,6	3 365,2	3 329,4
Saldo corrente	-3 456,6	-3 048,4	-2 101,3	-1 898,8	-1 143,2
Saldo total	-12 404,2	-11 273,3	-5 577,7	-7 893,0	-6 954,6
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	71 151,8	71 256,2	71 019,1	71 050,9	70 996,1
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	175 086,1	176 790,9	178 056,2	179 369,1	180 935,3
Défice em % PIB	-7,1%	-6,4%	-3,1%	-4,4%	-3,8%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2015T1	2015T2	2015T3	2015T4	2016T1
Receitas totais	0,6	0,6	0,6	0,1	0,5
Receita corrente	0,6	0,5	0,7	0,2	0,6
Impostos sobre o rendimento e património	-0,3	0,0	1,8	1,1	0,2
Impostos sobre a produção e importação	1,7	2,0	2,0	0,3	2,1
Contribuições sociais	1,2	0,5	-0,4	0,4	0,7
Vendas	-0,3	1,5	2,0	-0,8	-0,1
Outra receita corrente	-2,5	-5,7	-6,3	-3,9	-6,0
Receita de capital	0,4	1,5	-6,0	-4,2	-4,0
Despesas totais	0,5	-0,8	-5,8	2,8	-0,6
Despesa corrente	0,5	0,0	-0,5	-0,1	-0,4
Prestações sociais	0,2	0,4	0,3	0,4	0,1
Despesas com pessoal	0,6	0,0	-1,9	0,2	0,3
Juros	0,5	-1,2	-1,7	-1,3	-2,9
Consumo intermédio	1,9	1,4	1,3	0,5	0,3
Subsídios	0,6	-2,6	2,2	-3,1	-3,3
Outra despesa corrente	-0,1	-2,7	-2,2	-3,4	-3,4
Despesa de capital	0,1	-6,7	-49,9	50,6	-3,2
Investimento ⁽¹⁾	-1,5	9,6	-2,2	4,8	-5,1
Outra despesa de capital	0,9	-15,1	-81,4	210,0	-1,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2015		1º trimestre de 2016		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	17 486,6	40,9	17 897,3	40,4	2,3
Receita corrente	17 204,2	40,2	17 668,0	39,8	2,7
Impostos sobre o rendimento e património	3 855,4	9,0	3 887,5	8,8	0,8
Impostos sobre a produção e importação	5 915,6	13,8	6 466,1	14,6	9,3
Contribuições sociais	4 870,7	11,4	5 020,5	11,3	3,1
Vendas	1 506,3	3,5	1 501,7	3,4	- 0,3
Outras receitas correntes	1 056,3	2,5	792,2	1,8	- 25,0
Receitas de capital	282,4	0,7	229,4	0,5	- 18,8
Despesas totais	19 831,2	46,4	19 303,5	43,5	- 2,7
Despesa corrente	18 929,1	44,3	18 637,2	42,0	- 1,5
Prestações sociais	8 144,6	19,0	8 189,0	18,5	0,5
Despesas com pessoal	4 818,7	11,3	4 877,3	11,0	1,2
Juros	2 133,1	5,0	1 896,0	4,3	- 11,1
Consumo intermédio	2 284,6	5,3	2 317,4	5,2	1,4
Subsídios	208,9	0,5	169,8	0,4	- 18,7
Outra despesa corrente	1 339,2	3,1	1 187,8	2,7	- 11,3
Despesa de capital	902,1	2,1	666,3	1,5	- 26,1
Investimento ⁽¹⁾	717,1	1,7	517,1	1,2	- 27,9
Outra despesa de capital	185,1	0,4	149,2	0,3	- 19,4
Saldo corrente	-1 724,8	- 4,0	- 969,2	- 2,2	
Saldo total	-2 344,6	- 5,5	-1 406,1	- 3,2	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2015T1	2016T1
Saldo em contabilidade pública:	- 850,3	- 873,5
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	809,2	- 146,9
Diferença entre juros pagos e devidos	- 630,6	- 101,1
Outros valores a receber:	- 794,4	- 565,7
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 827,8	- 383,1
<i>Outros</i>	33,4	- 182,5
Outros valores a pagar:	39,8	121,2
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 122,6	- 135,6
<i>Outros</i>	162,4	256,8
Outros ajustamentos:	- 918,3	159,8
<i>dos quais:</i>	0,0	0,0
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-1 219,7	- 291,3
Saldo em contabilidade nacional:	-2 344,6	-1 406,1
PIB Trimestral	42 771,7	44 338,0
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-5,5%	-3,2%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,2%

No 1º trimestre de 2016, o RNB registou uma variação nominal de 1,2%, taxa superior em 0,3 p.p. à variação do PIB nominal. O aumento do RNB superior ao do PIB foi determinado pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior, verificando-se taxas de variação de 5,4% nos rendimentos recebidos e -0,7% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 514	-0,2	174 402	0,3	175 649	0,4
2011T2	178 991	-0,3	174 277	-0,1	175 538	-0,1
2011T3	178 010	-0,5	174 323	0,0	175 643	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 838	-0,8	170 502	-1,3	171 824	-1,3
2012T2	172 022	-1,6	167 757	-1,6	168 966	-1,7
2012T3	170 389	-0,9	165 925	-1,1	167 081	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 633	-0,5	164 351	0,0	165 923	0,0
2013T2	167 992	0,2	165 421	0,7	167 212	0,8
2013T3	168 812	0,5	166 317	0,5	168 150	0,6
2013T4	170 269	0,9	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 736	0,3	168 353	0,2	170 445	0,4
2014T2	172 338	0,9	169 812	0,9	171 770	0,8
2014T3	173 560	0,7	171 143	0,8	173 228	0,8
2014T4	173 446	-0,1	170 573	-0,3	172 735	-0,3
2015T1	175 086	0,9	171 930	0,8	174 217	0,9
2015T2	176 791	1,0	173 104	0,7	175 320	0,6
2015T3	178 056	0,7	174 519	0,8	176 713	0,8
2015T4	179 369	0,7	175 528	0,6	177 807	0,6
2016T1	180 935	0,9	177 660	1,2	179 583	1,0

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação registou um aumento de 1,0% no 1º trimestre de 2016, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,9%, resultando num aumento de 1,6% da poupança bruta da economia. O saldo positivo das transferências de capital com o exterior diminuiu 7,2%, o que determinou a ligeira diminuição da capacidade de financiamento para 1,0% do PIB no 1º trimestre de 2016 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

A Formação Bruta de Capital (Investimento) para o total da economia situou-se em 15,3% do PIB no 1º

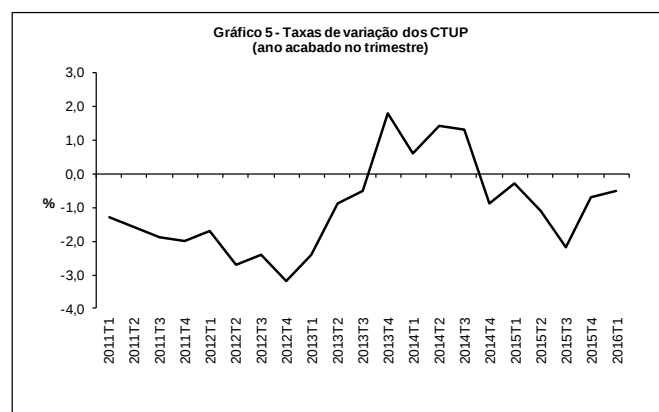
trimestre de 2016 (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,6	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,8	2,0
2013T3	15,2	1,7	14,8	2,1
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,1
2014T2	15,2	1,5	15,1	1,7
2014T3	15,4	1,5	15,1	1,8
2014T4	15,1	1,3	15,1	1,4
2015T1	15,1	1,3	15,0	1,5
2015T2	14,9	1,3	15,3	0,9
2015T3	15,2	1,1	15,3	1,0
2015T4	15,1	1,2	15,2	1,1
2016T1	15,2	1,1	15,3	1,0

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram

No 1º trimestre de 2016, os CTUP diminuíram 0,5%, menos intensamente que no trimestre anterior (redução de 0,7%), em consequência da redução de 0,6% da remuneração média, que mais do que compensou a ligeira diminuição da produtividade. A diminuição da remuneração média resultou de um aumento do emprego superior ao aumento das remunerações.



Revisões das estimativas

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Os presentes resultados por setor institucional são consistentes com as contas trimestrais para o total da economia, pelo que refletem naturalmente as revisões daí decorrentes. Adicionalmente refira-se ainda que alguns agregados das contas trimestrais para o total da economia, divulgadas ao público em 31 de maio, foram revistos com a presente divulgação de dados por setor institucional em consequência da incorporação de informação adicional embora de forma pouco

significativa. Os quadros disponibilizados na área de Contas Nacionais do Portal do INE são atualizados sempre que ocorram alterações que o justifiquem.

Comparativamente com a publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2015, é ainda de destacar:

- (i) A incorporação da versão mais recente da Balança de Pagamentos;
- (ii) A incorporação da informação mais recente das Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Estes dois produtos estatísticos são da responsabilidade do Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.